

Rio Grande: salto de 86,5%

por Mário de Santi
de Porto Alegre

A dívida pública do Estado do Rio Grande do Sul cresceu 86,5% o ano passado, ou seja, bem mais que os 60% computados para o crescimento da dívida federal interna. Com crônicas dificuldades financeiras, que se arrastam há vários anos, o Estado emitiu um total de 7,6 milhões de títulos do Tesouro estadual, no valor global de Cr\$ 3,6 bilhões, embora contasse com margem para chegar a Cr\$ 8 bilhões. Segundo o contador geral do Estado, Fernando Tadeu, contudo, a Secretaria da Fazenda adotou esquemas que permitiram manter em dia seus compromissos, mesmo com os aumentos concedidos para o funcionalismo.

A antecipação de receitas, por exemplo, manteve-se numa média de Cr\$ 3 bilhões. "Houve condições favoráveis para isso. Na grande maioria dos leilões vendemos nossos títulos com ágio de 3% em média. A boa receptividade dos papéis, inclusive, pode ser notada

pela presença maciça de investimentos do eixo Rio-São Paulo, que ficaram com a maioria dos títulos emitidos pelo Rio Grande do Sul", disse.

Os negócios com títulos gaúchos contam com um esquema de acompanhamento de mercado, amparado por fundo de sustentação, movimentado pela Distribuidora Banrisul. Mas, apesar de tudo, o déficit do Tesouro estadual, de Cr\$ 6 bilhões no início do ano passado, deve ter chegado perto de Cr\$ 8 bilhões no final do ano passado.

Se o ano de 1980 não foi tão ruim assim, apresentando dificuldades contornáveis, o mesmo não se espera do atual exercício. O Rio Grande do Sul prevê, para este ano, a emissão de 14,7 milhões de títulos no valor de Cr\$ 10 bilhões. "Algo que deveremos colocar, porque já vendemos bem em outros períodos de crise." O problema maior fica com as antecipações de receita, fundamentais para manter os pagamentos razoavelmente em dia. Tadeu acre-

ditou que a liberação das taxas de juros e a concorrência de outros títulos podem tornar proibitivas as antecipações, "quase inexistíveis" para este ano. "A situação financeira já é complicada e agora dificilmente conseguiremos a suficiência de caixa via antecipação. Estudamos, por isso, outras alternativas para nos ajustarmos à situação."

Com previsão de arrecadar Cr\$ 100 bilhões (Cr\$ 80 bilhões em ICM), o Estado conta com uma margem de endividamento de Cr\$ 25 bilhões, um valor que deve ser encarado mais pelo ângulo político, uma vez que foi pedida autorização para financiar-se dentro do que é legalmente permitido, ou seja, 25% de sua perspectiva de receita. Na verdade, o endividamento, segundo Tadeu, não poderá crescer neste ano mais que 70%. Fora disso, a Secretaria da Fazenda necessitará de autorização especial. O temor maior é não poder manter em dia compromissos pesados como o do funcionalismo.